



EXTERNALIDADES DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

Paulo de Jesus Amorim

(UCAM)

Severino Joaquim Correia Neto

(IFF)

Resumo

É difícil abordarmos, de forma holística, todos os processos de externalidade oriundos do sistema educacional. Porém, torna-se inquestionável, através de uma vasta literatura, que o processo existe, ou seja, educação influencia positivamente a vida de qualquer comunidade humana no planeta. Moretti (2004) argumenta que níveis mais altos de educação estão associados a altas taxas de produtividade, não só de quem a adquiriu, mas de seus companheiros de trabalho. Os processos de participação ativa na construção da cidadania estão correlacionados com níveis de instrução (Dee, 2004; Milligan, Moretti e Oreopoulos, 2004). Níveis mais elevados em educação estão associados a uma menor incidência criminal e corruptiva (Lochner e Moretti, 2004). A democratização ao acesso a educação estão associados à maior salubridade da população, que por sua vez está correlacionada à menor custo em assistência média e social por parte do Estado (Currie e Moretti, 2003). Níveis mais altos de educação para os pais refletem, necessariamente, maior índice de educação para os filhos. Todas essas constatações e outras que não abordamos no momento, resultam em salários mais altos com, retornos públicos e privados assegurados. O investimento em capital humano torna-se imprescindível para o crescimento econômico de qualquer Estado.

Mesmo considerando que a educação não é um bem puro ela é considerada, por especialistas, o mais poderoso ativo de transferência de renda para população de baixa renda. Investimento esse que pode favorecer o Estado no tocante ao estoque de capital humano e social, bem como “lubrificar” os movimentos de deslocamento no nicho social da população.

Palavras-chaves: Education, Economy, Population, Training

1. INTRODUÇÃO

É difícil abordarmos, de forma holística, todos os processos de externalidade oriundos do sistema educacional. Porém, torna-se inquestionável, através de uma vasta literatura, que o processo existe, ou seja, educação influencia positivamente a vida de qualquer comunidade humana no planeta. Moretti (2004) argumenta que níveis mais altos de educação estão associados a altas taxas de produtividade, não só de quem a adquiriu, mas de seus companheiros de trabalho. Os processos de participação ativa na construção da cidadania estão correlacionados com níveis de instrução (Dee, 2004; Milligan, Moretti e Oreopoulos, 2004). Níveis mais elevados em educação estão associados a uma menor incidência criminal e corruptiva (Lochner e Moretti, 2004). A democratização ao acesso a educação estão associados à maior salubridade da população, que por sua vez está correlacionada à menor custo em assistência média e social por parte do Estado (Currie e Moretti, 2003). Níveis mais altos de educação para os pais refletem, necessariamente, maior índice de educação para os filhos. Todas essas constatações e outras que não abordamos no momento, resultam em salários mais altos com, retornos públicos e privados assegurados. O investimento em capital humano torna-se imprescindível para o crescimento econômico de qualquer Estado.

Nesse documento, no quadro dois, abordaremos a situação da educação no Brasil e, sua comparação no quadro internacional, próximo e distante. No quadro três discutiremos o papel do Estado no processo educacional e justificar a sua presença. Ainda no quadro três também discutiremos a opção da educação pública e privada para a população e a possibilidade de sua escolha através dos “vales educacionais”. No quadro quatro discutiremos os diversos efeitos das externalidade da educação no Brasil, tais como: desigualdade e renda; produtividade X crescimento econômico. No último quadro abordaremos as opções de políticas públicas a serem adotadas no nosso país. Finalmente, encerraremos sobre as grandes indagações de como enfrentar os gargalos da educação nacional.

2. DESENVOLVIMENTO

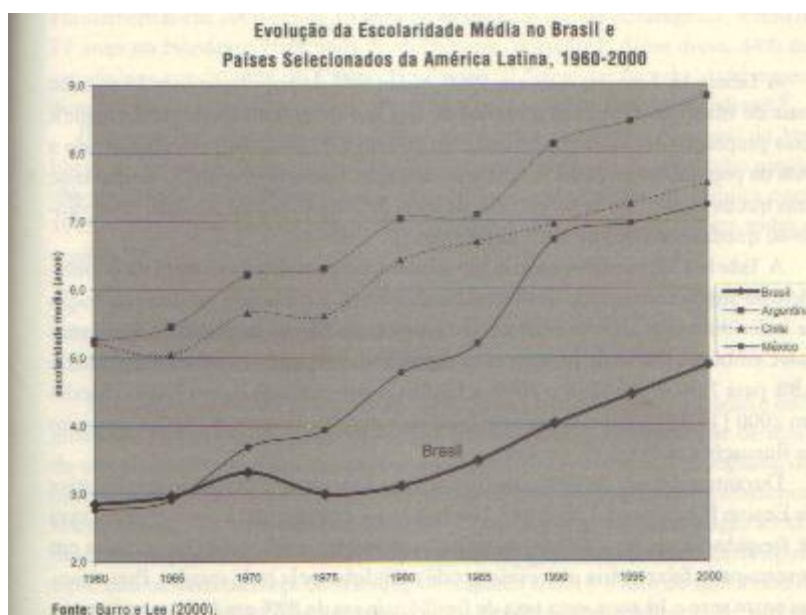
A economia brasileira ao longo do século XX teve altos e baixos. Porém foi no período conhecido como “ditadura militar” que esse crescimento foi mais expressivo. Nos finais da década de 70, do século passado, por diversas circunstâncias, a situação social e econômica do Brasil ganhava contornos “sui genere”: expressivo crescimento econômico e uma impressionante desigualdade social. Correlacionada a esses dois processos estavam à baixa escolaridade média do brasileiro e conseqüentemente, o baixo padrão técnico do trabalhador. Mesmo quando comparado a países vizinhos, com semelhante nível de desenvolvimento social, ainda sim, estávamos muito aquém daquelas nações consideradas pobres ou mesmo miseráveis.

O indicador mais elementar quando tratamos de educação em qualquer nação é seu índice de analfabetos. No ano de 2000, o Brasil tinha uma taxa de analfabetismo em torno de 14%. Os contornos dessa observação ficam mais sombrios quando comparamos com países vizinhos e, supostamente com nível tecnológico mais baixo que o nosso. Por exemplo: Argentina e Chile apresentam no mesmo ano, taxas, respectivamente de 3,2% e 4,2%. Em países com padrões tecnológicos completamente arcaicos, como a Colômbia, tem sua taxa de analfabetismo menor que a do Brasil, na ordem de 8,4%. Mesmo a África do Sul, herdeira do cruel sistema de “apartheid” possui sua taxa de analfabetismo muito próxima a do Brasil na ordem de 15% (Ferreira e Veloso).

A tabela abaixo mostra a porcentagem da população, de alguns países, referente o seu posicionamento educacional. A tabela mostra que a população com 15 anos ou mais, no Brasil, tem apenas o ensino fundamental completo (78,2%). Apenas 14,4% da população concluíram o ensino médio. A parcela que cursou o nível superior (completando ou não o curso) é da ordem de 7,5%. De uma forma geral a média de escolaridade no Brasil é de apenas 4,9 anos de estudo.. Esses dados, quando comparados a países desenvolvidos são vexatórios e, ainda são ridículos quando comparados a países de desenvolvimento econômico inferior, tais como: Argentina, Chile e Costa Rica.

A despeito dos dados apresentados acima, a taxa de analfabetismo no Brasil teve uma considerável redução de 1920 a 1970. Quando comparamos os anos de 1950 até 2000, a taxa caiu ao redor de 50% para 13%. Como podemos observar no gráfico 01 o “boom” da transformação educacional no Brasil ocorreu na década de 1980. Antes desse período, a escolaridade média da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil permaneceu

constante entre 1960 a 1980. Foi a partir desse ponto que o nível de escolaridade médio da população brasileira passou de 3,1 anos de estudo para 4,9 anos em 2000. O problema consiste em que os países com o mesmo nível tecnológico que o Brasil, a partir do mesmo período, também passou por esse “boom”, porém, de forma mais acelerada.



Fonte: Barros e Lee (2000)

No processo de evolução da composição educacional no Brasil, como mostra a tabela abaixo, o país apresentou outro surto de desenvolvimento educacional, principalmente no que se refere aos anos de 1990 a 2000. Por exemplo, quando comparado a 1960 os sem escolaridade que era da ordem de 47,5% evoluiu para 16% em 2000. O ensino fundamental teve um grande salto: de 36,4% em 1960 pulou para 62,2% em 2000. Entre 1990 e 2000, a matrícula do ensino médio mais que dobrou, elevando-se de 3,5 milhões para 8,2 milhões. Isso representou uma elevação da taxa bruta do ensino médio de 41% em 1990 para 77% em 2000. A estrela de todo esse processo foi o ensino superior. O ano de 1990 foi o grande salto. Entre esse ano até 2000 houve um aumento de 1,154 milhão de matrículas, correspondendo a um aumento de 75%.

Como se pode observar, principalmente a partir da década de 1990 houve um grande aumento de matrículas nos diversos níveis de ensino. Porém, quando esses índices são comparados a países de desenvolvimento econômico similar verificamos os quantos aquém estamos dessas nações. Os gargalos educacionais se apresentam de todas as partes: tanto a distorção série idade, quanto a baixa qualidade do ensino permanecem desafios a serem

enfrentados por novas políticas educacionais. Por exemplo: as idades medianas para a conclusão no ensino fundamental no Brasil permanecem ainda muito altas, na esfera de 15 anos. A situação ainda piora quando comparamos com o Nordeste Brasileiro, aí essa cifra fica em torno de 17 anos. Além do mais, os resultados do Sistema de Avaliação Nacional de Educação Básica (SAEB), mostram queda no desempenho escolar dos alunos matriculados no curso de ensino fundamental em todo Brasil nos anos de 1995 e 2001.

**Evolução da Composição Educacional da População
com 15 Anos ou Mais de Idade no Brasil — 1960-2000**

Ano	Sem Escolaridade (%)	Ensino Fundamental (%)	Ensino Médio (%)	Ensino Superior (%)
1960	47,5	36,4	14,3	1,8
1965	43,2	41,7	13,4	1,7
1970	37,5	47,4	13,5	1,7
1975	26,9	61,6	7,7	3,8
1980	27,5	59,0	9,3	4,3
1985	26,1	60,1	8,6	5,3
1990	18,7	63,9	11,3	6,1
1995	17,7	64,0	11,6	6,7
2000	16,0	62,2	14,4	7,5

Fonte: Barros e Lee (2000).

Fonte: Barros e Lee (2000)

No Brasil, segundo o censo educacional do IBGE, aproximadamente 80% dos alunos estão matriculados na escola pública. Mesmo países com uma classe média poderosa, como por exemplo, os Estados Unidos, possui 90% de seus alunos matriculados também em escola pública (Gruber,2009). “A educação não é um bem público puro”, argumenta Gruber(2009), isso por que não preenche as condições de não-rivalidade; ou seja, o consumo desse bem não reduz o meu aproveitamento do bem. Dessa forma a educação é um bem rival, ou seja, a inclusão de um só aluno em sala de aula pode reduzir a aprendizagem de todos. Desse ponto de vista analisadas e pelas cifras mencionadas, o que justifica o papel dominante do Estado nesse setor? Quais as falhas de mercado privado na educação justificam esse posicionamento do setor público?

O primeiro processo interessado pelo Estado em relação à externalidade da educação é a produtividade. Se um nível educacional mais alto tornar a população capacitada em um nível mais técnico, então, toda a sociedade estará sendo beneficiada (e indiretamente o próprio Estado). Gruber argumenta que os benefícios sociais resultante da produtividade ocorrem por meio de dois canais: o primeiro refere-se ao “transbordamento de produtividade”. Se um determinado trabalhador aumentar a sua produtividade em função de sua educação, ele estará

beneficiando também, seus companheiros. Esse trabalhador em questão, muito provavelmente não será beneficiado integralmente pelo efeito educação, porém sua educação terá uma externalidade positiva. O segundo é que se a aquisição de educação pelo trabalhador em questão resultar em maior produtividade, então é o governo que arrecadará mais impostos. Com esses impostos o Estado poderá aplicar em outras políticas públicas que não necessariamente a educação. A educação pública também pode elevar a qualidade de vida de forma indireta. A educação transforma a população em eleitores mais bem informados, críticos e atuantes na sociedade. Nesse patamar, a sociedade tende a influir positivamente no bem estar do outro, melhorando assim, a qualidade de vida e fortalecendo a democracia.

Outro ponto que pode justificar a intervenção do Estado no setor educacional é a falha no mercado. Sem a presença do Estado, as famílias, obrigatoriamente, teriam que pegar empréstimos em bancos particulares para atenderem as suas demandas. O problema é que esse tipo de empréstimo é muito difícil. No Brasil, por exemplo, é muito mais fácil pegar um empréstimo para se comprar um carro novo do que a mesma quantia para se fazer, por exemplo, o nível médio. Isso acontece porque no caso do carro, existe uma garantia física do não pagamento das prestações, o banco pode recorrer ao próprio bem que o financiou, o carro, e reintegrando-o. No caso da educação, para os bancos ou outras instituições financeiras, não existem garantias que o seu filho dará certo, ou quanto tempo esse investimento poderá resultar em retornos financeiros. Esse banco não pode exigir como garantia o seu filho... Essa situação se concretiza em uma falha de mercado de crédito educacional. Segundo Gruber,(2009), falha de mercado de crédito educacional é aquela em que os bancos não concedem empréstimos que elevariam o excedente social total financiado em uma educação produtiva. Assim o Estado resolve a falha de mercado financiando as famílias. De uma forma geral, esse financiamento não se dá diretamente a população, mas sim de uma forma e de um nível fixo, através das escolas públicas. Mas então por que o Estado não financia diretamente as famílias, para que elas tenham, pelo menos, poder de escolha na educação de seus filhos? A resposta é muito controvertida. O Estado, não só o brasileiro, mas de forma geral, não acredita no gerenciamento da família quando se trata de escolher um nível adequado para a educação de seus filhos. O argumento é que muitos pais não sabem fazer a escolha apropriada para seus filhos. Segundo esse argumento, mesmo se ocorresse o financiamento direto do Estado para as famílias, não há garantias que esse financiamento cobriria todas as despesas na escola privada, envolvendo assim algum sacrifício por parte dessa família para o pagamento do restante das despesas.

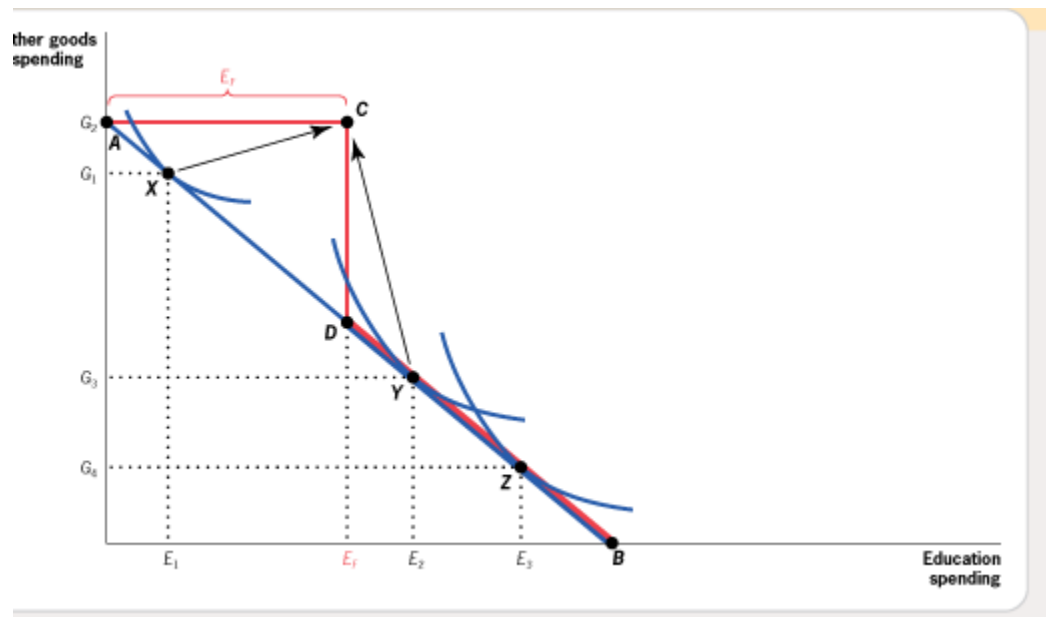
Uma justificativa final da intervenção do Estado nesse setor é a redistribuição. A mobilidade social em termos de renda é a pérola preciosa para essa intervenção. Pessoas de baixa renda emergindo e “boiando” em níveis econômicos maiores é a meta de toda sociedade que se diz democrática. E educação pública ou o financiamento público feito pelo Estado parece ser o único passaporte para essa ascensão. Assim não nos resta dúvida que o caminho de uma sociedade mais justa passa, necessariamente, pela mão forte do Estado. Sem ele não existiria mobilidade social e democracia propriamente dita. Na próxima seção discutiremos os vários modelos que o Estado pode fazer essa intervenção.

Empiricamente sabemos que a escola pública, de um modo geral, oferece ensino de qualidade inferior quando comparado as instituições privadas. Desse modo, as famílias tem que enfrentar um “*trade off*”: matriculam seus filhos em escolas públicas e, conseqüentemente aumentam seus rendimentos domésticos ou escolhem as instituições privadas de ensino, onde o financiamento por parte do Estado é zero e, vêm seus rendimentos encurtarem, diminuindo assim a sua qualidade de vida? Gruber,(2009) argumenta que no modelo de Peltzman, ilustrado no gráfico a baixo, as famílias escolhem o quanto gastar em educação em detrimento de sua qualidade. Por exemplo: a família Amorim, representada aí pela letra “X”, inicialmente, sem a intervenção do Estado possui gastos G1 em educação (um gasto mínimo por imposições orçamentárias) e recebendo por isso uma educação de qualidade E1 (a menor possível). Quando o Estado introduz a educação pública gratuita, a restrição orçamentária que era de A a B se transforma em ACDB. Os gastos com educação passam para G2 e o nível educacional desloca-se, positivamente de E1 para Ef. A família Silva representada aqui pela letra “Z”, por estar em uma classe social privilegiada ou mesmo por optar a uma educação de qualidade no maior nível educacional, E3, a uma custo mais elevado G4 vendo suas restrições orçamentárias em estado mais crítico. A família Barbosa, aqui representada pela letra “Y”, teria inicialmente optado pelo nível E2 em educação (o segundo melhor) com gastos em educação fixados em E3. Como os Barbosa não possuem qualquer forma de financiamento privado da educação dos seus filhos, tem que optar pelo financiamento do Estado (que tem um nível fixo de gastos). Assim, por restrições orçamentárias, os Barbosa passam de um nível educacional de E2 para Ef diminuindo a qualidade da educação para a sua família.

Assim, a educação oferecida pelo Estado eleva a qualidade de educação desejada pela família Amorim. Diminui a qualidade educacional na família Barbosa e torna sem afeito para os Silva. Uma possível solução para esses deslocamentos, tanto em nível de gastos como também em qualidade educacional, é se o foco dos investimentos públicos não fosse

exclusivamente à escola pública, e sim no material humano. Todas essas questões poderiam ser solucionadas com o uso de “vales educacionais”. Gruber,(2009) argumenta que vale educacional é uma quantia fixa, dada pelo governo, as famílias com filhos em idade escolar, que pode ser gasta em qualquer tipo de escola: tanto a particular, quanto na pública. Vários analistas têm proposto o sistema de vales educacionais, como políticas públicas, nas quais o contribuinte tem a liberdade de escolha de usar seus vales nas escolas privadas ou públicas.

Os defensores dos vales educacionais argumentam a seu favor que mesmo na educação, deva existir liberdade de escolha, como acontece na maioria dos mercados em economia. Em primeiro lugar estaria a soberania do consumidor. Seria permitido aos indivíduos ou grupo de famílias, ajustarem a escolha educacional mais próxima dos seus gostos. Quando o Estado fixa um valor específico na educação pública, não dando a oportunidade de escolha a que nível de educação a família deseja, isso gera maior insatisfação, principalmente por que a escola pública é detentora de grandes mazelas e equívocos de planos diretores de educação ou mesmo planos pilotos que cada vez mais se distanciam da qualidade almejada pela grande parte da sociedade.

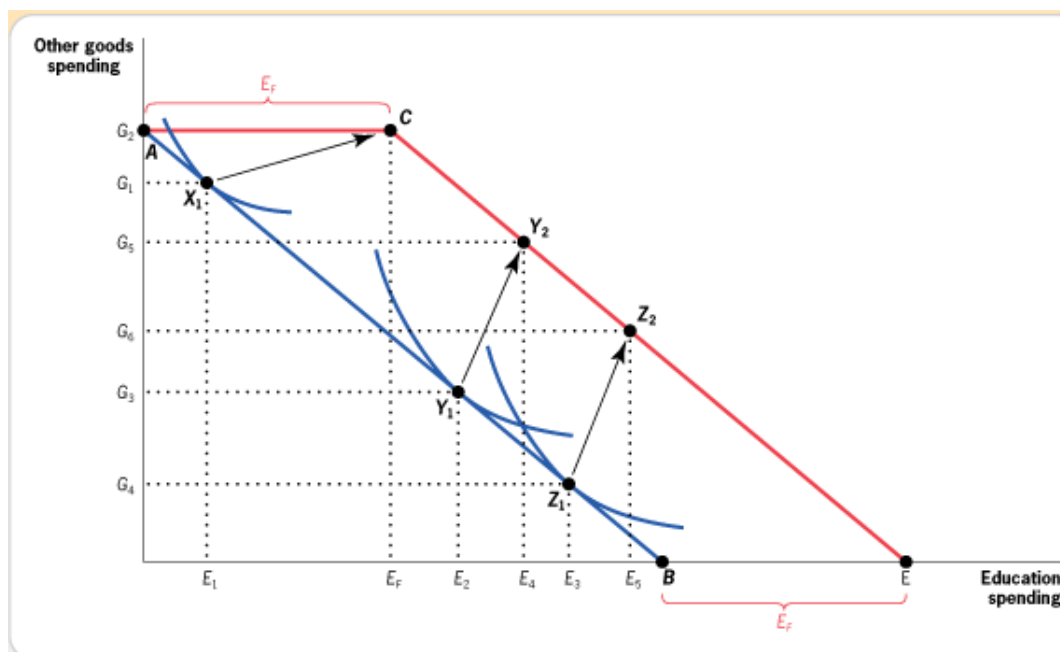


Fonte: Gruber(2009)

A segunda e não menos importante estaria à questão da competitividade, motivo pelo qual as instituições privadas de educação são tão eficientes. Não é novidade que o setor público educacional é invadido pela ineficiência. Os gastos públicos em educação no Brasil são cada vez mais volumosos e os resultados em termos de desempenhos são pífios. Se os estudantes pudessem escolher as escolas, não no sentido de restrições orçamentárias, mas, e

principalmente, pelo seu desempenho acadêmico, os vales educacionais resultariam em uma pressão de eficiência de resultados nas escolas públicas que, tenderiam a melhorar o seu padrão gestor e profissional. Salários de professores, diretores, adjuntos, merendeiras, porteiros, ou seja, de todo staff do processo educacional seria adaptado a cada vez mais atrair os alunos com seus vales educacionais. Isso mudaria tudo.

Analisando novamente o modelo de Peltzman sob a ótica dos “vales educacionais” (gráfico a baixo). Quando o governo oferece vales educacionais no valor fixo E_f , a restrição orçamentária familiar passa de AB para ACE . Dessa forma as famílias podem aumentar seus gastos com educação. A família Amorim, representada pela letra “X”, como gastam pouco com educação, devido a sua restrição orçamentária, gastarão todo o recurso do vale na escola pública, não mudando nada, a não ser, o direito de optar onde se quer estudar. A família Barbosa, aqui representada pela letra “Y”, agora com o vale educacional em mãos, trocarão a escola pública pela educação privada. Seu nível educacional, agora passará do nível E_2 (em y_1) para E_3 (em y_2) o que satisfaria plenamente suas aspirações. Agora a família Silva, representada aqui pela letra Z, a família que mais gasta com educação, elevaria o padrão educacional de E_3 para E_5 .



Fonte: Gruber (2009)

Reforçando, os vales educacionais fariam uma pressão competitiva entre escolas públicas e privadas tornando as primeiras mais receptivas e as segundas mais acessíveis. Os dirigentes

e gestores priorizariam a eficiência da escola, pois aquelas que não oferecessem a melhor educação tenderiam a sair do mercado ou revitalizar o seu sistema de ensino. As pressões competitivas, para ambos os lados, tenderiam a fortalecer as necessidades de país e estudantes e não a disposição de apadrinhamentos políticos como ocorrem na maior parte das cidades brasileiras. Os vales educacionais tornariam mais justas à competição entre escolas públicas e privadas já que as restrições orçamentárias seria um problema de menor porte para as famílias. Em tese a qualidade educacional tiraria do quadro de inércia a educação pública que se encontra no Brasil.

Todos os argumentos que colocamos até aqui em relação aos vales educacionais são epistemológicos. Não existem comprovações empíricas de que o proposto irá dar os resultados esperados. Por isso, epistemologicamente também, existem expectativas adversas daquelas que acabamos de argumentar. Gruber,(2009) apresenta cinco possibilidades, em que os vales educacionais podem deturpar o processo educacional em uma dada região ou o seu total comprometimento se for colocado em prática como política pública: especialização das escolas, segregação, emprego ineficiente dos recursos públicos, o mercado não competitivo da educação e o custo da educação especial.

O problema da especialização das escolas, paradoxalmente seria reforçado pela primazia do vales educacionais: garantir o poder de escolha educacional a população. Em favor dessas escolhas, para atrair esses vales educacionais, as escolas se adaptariam para atender os gostos individuais da população e, isso ameaçaria extinguir o programa em comum, a nível nacional, como aquele estipulado pela LDB (Leis e Diretrizes Básicas da Educação). Por exemplo: escolas que teriam como prioridades práticas desportivas, minimizariam a participação de disciplinas importantes para o currículo nacional, tais como: língua portuguesa e matemática. Gruber(2009) argumenta que os opositores do sistema de vales educacionais sugerem que um dos efeitos colaterais desse sistema é a segregação em muitas dimensões: raça, renda ou mesmo a habilidade da criança. Os argumentadores da segregação dão muita importância à estrutura familiar da criança. Crianças que possuem pais mais comprometidos com a educação dos seus filhos ou mais motivados tenderiam a retirar os seus filhos de escolas de menor rendimento educacional e, mudarem-se para escolas particulares onde esse rendimento é oposto. Desse modo as crianças com menor rendimento tenderiam se estabelecer em escolas públicas menos eficientes. Com o passar do tempo, essas escolas públicas seriam esvaziadas ou apenas seriam freqüentadas por alunos de classe econômica inferior. Acentuando-se assim a segregação.

Outro argumento contra os vales educacionais elucidam, por exemplo, que este tipo de investimento em capital humano é ineficiente e injusto. A educação pública também é financiada principalmente por impostos prediais municipais e estaduais. Se esse financiamento fosse substituído por vales, os custos públicos em educação subiriam isto porque o Estado precisaria pagar parte desses custos (aluguel) que, atualmente são pagos pelas famílias desses estudantes. Ainda nessa mesma linha de raciocínio, os opositores aos vales argumentam que gastos com vales educacionais para famílias de alta renda seria um desperdício, visto que a prioridade seria a intensificação educacional para as famílias que tem seus orçamentos domésticos com mais de 80% comprometidos, por exemplo, com alimentação.

Os defensores dos vales educacionais têm a premissa que o modelo de mercado educacional é de competição perfeita. No entanto, Gruber,(2009) argumenta que, para educação, o modelo que mais se aproxima é o de monopólio natural. Segundo esse modelo a eficiência de ganhos pode ser obtida graças à existência de um único fornecedor. Economias de escalas de ofertas de educação não podem ser eficientes com a participação de pequenas unidades escolares. Esse fato levaria as falhas de mercado.

Finalmente, para famílias que possuem filhos com necessidades especiais que se enquadrariam na “educação especial,” os vales educacionais não chegariam cobrir nem de perto as despesas. Isso porque que essas crianças e jovens portadores de necessidade especiais necessitam de um aparato tecnológico, mais apoio de equipes especializadas que, de uma forma geral são muito mais custosas que a educação padronizada. Dessa forma esses recursos extraordinários não poderiam ser cobertos por essas famílias.

Ferreira e Veloso argumentam que a desigualdade de renda e a desigualdade de oportunidades estão diretamente vinculadas ao processo educacional por dois principais motivos: o primeiro é que a educação gera uma elevada desigualdade na qualidade da força de trabalho. A segunda é que a taxa de retorno à educação, ou seja, o aumento de salários resultante de um ano adicional de estudo é elevado, principalmente quando comparada a realidade brasileira.

Ferreira e Veloso, (2003) argumentam que hoje o Brasil está posicionado em um “ranking” elevado, quando o quesito se retrata a desigualdade social. Mas, nem sempre foi assim. Segundo eles, até a década de 1960, do século passado, existia certa homogeneidade na distribuição de renda no país. A partir de então, com acessibilidade a educação, esse quadro começou a mudar. A elevação da taxa de retorno à educação para os trabalhadores mais

qualificados, resultante da adoção de novas tecnologias, associado ao alavancamento da economia brasileira, na época, foram os responsáveis pelo o início desse processo.

Ferreira e Veloso argumentam que a educação é condição privilegiada para entendermos a elevada desigualdade social no país. Segundo eles, diversos estudos mostram que o processo de acessibilidade a educação, por parte da população, pode representar uma variação salarial na ordem, aproximada, de 40%. Concluem eles que, em países emergentes, como o Brasil, essa importância é muito mais acentuada, quando comparado, por exemplo, com os Estados Unidos. A resposta disso está na competitividade. Como nos Estados Unidos existe maior acessibilidade educacional, ou seja, maior parcela da população recebe educação de qualidade, o retorno a educação é menor. Ao contrário, no Brasil, a parcela populacional que recebe uma educação de qualidade ainda é relativamente baixa, nesse caso o retorno torna-se maior. Corroborando esse argumento, Ferreira e Veloso argumentam que o prêmio ao retorno a educação no Brasil realmente é muito alto. O Brasil está em terceiro lugar no Ranking de desigualdade educacional. Conseqüentemente, está em 7º lugar, num ranking de 70 países, em relação ao retorno à escolaridade. Em média, nos Estados Unidos, um ano a mais de escolaridade representa 10% a mais no salário. No Brasil essa proporção é de 15%.

Outro grande problema relacionado à mobilidade educacional e a desigualdade de oportunidades seria a própria condição social do indivíduo. Ferreira e Veloso argumentam que a escolaridade da família pode ser uma grande alavanca ou um grande entrave a mobilidade social. Eles mostram que um filho de pai analfabeto tem aproximadamente 32% de probabilidade de ser analfabeto também. Ou ainda, a probabilidade deste filho ter apenas dois anos de escolaridade é da ordem de 50%. Ao contrário, são praticamente nulas as chances de pai com curso superior completo ter filhos analfabetos. Ao contrário, para pais analfabetos, a probabilidade de os filhos chegarem até o nível superior é de apenas 0.6%.

Estudos de políticas públicas aplicadas a educação deveriam levar seriamente a questão da mobilidade social. Regiões onde se verificam baixo IDH ou baixo índice de GINI têm sérios problemas no desenvolvimento escolar. E esses problemas não serão resolvidos apenas com maiores recursos aplicados exclusivamente a educação. A participação da escola na vida comunitária e social é muito importante. Mas não passa disso. Ela não é holística. Longe disso, a escola tem apenas uma fatia no processo de alavancamento social. Para efeitos concretos as políticas sociais devem pensar muito mais além das salas de aula.

Uma das premissas que o Estado deve intervir na educação são os seus retornos, ou seja, os benefícios quando parcela da população recebe mais instrução e como essa instrução se

externaliza para sociedade como um todo ou para o próprio Estado. Gruber,(2009) argumenta que a produtividade de uma sociedade é medida pelo salário de sua população. De uma forma geral, quanto maior a escolaridade, as empresas deverão estar dispostas a pagar mais pela sua mão-de-obra. Dessa forma quanto maior o nível educacional, maior será a produtividade.

Ferreira e Veloso argumentam existir evidências internacionais que, quando uma determinada sociedade incorpora educação, existe uma expansão nas taxas de crescimento econômico. Além disso, segundo eles, a acumulação de capital humano estimula a acumulação de capital físico ao elevar sua rentabilidade. Gruber,(2009) argumenta o efeito “transbordamento,” que diz que o aumento de produtividade de um determinado indivíduo, em função de aumento de nível educacional, afeta positivamente a produtividade dos demais trabalhadores e isso se reflete na absorção de novas tecnologias. Young (apud, Ferreira e Veloso) argumenta que o sucesso obtido pelos “Tigres Asiáticos” nas décadas de 80 e 90 se deu, principalmente, pelo extraordinário desenvolvimento do nível de escolaridade. Na verdade, o surgimento de grandes potências está repleto de literaturas a esse respeito. Por exemplo: o período que antecedeu a grande arrancada industrial da economia japonesa é conhecido como “ERA MEIJI (era da iluminação). Não coincidentemente foi o período que o país passou por uma profunda transformação sócio-educacional. Benhabib e Spiegel (apud, Ferreira e Veloso 2003) argumentam que o nível de escolaridade da força de trabalho é um fator importante para o crescimento do PIB per capita. Segundo eles, isso é devido porque o aumento de escolaridade facilita a absorção de novas tecnologias, aumentando assim a produtividade do trabalhador. Torna-se evidente que, para o Estado, não resta dúvida que para maximizar o efeito educacional sobre o crescimento são necessários fortes investimentos no setor e que, esse investimento seja também acompanhado pelo monitoramento de sua qualidade. Ajustando políticas públicas para que seu efeito forneça incentivos corretos para a qualificação dos jovens, futuros trabalhadores, para que tenhamos uma sociedade produtiva e eficiente.

No caso brasileiro o Estado tem se mostrado verdadeiramente ineficiente. Talvez essa ineficiência possa ser proposital. Ou então pela falta de visão política que se arrasta há décadas. Projeções econômicas internacionais colocam o Brasil, possivelmente, como as seis maiores economias do planeta. Pois bem. Existem “gargalos” nessas projeções. Infra-estrutura produtiva é um deles. O país necessita de portos, aeroportos, vias fluviais, estradas de ferro, transporte públicos eficientes. Parece que acordamos tarde para esses problemas. A educação também é um gigantesco gargalo. Segundo o IBGE 2010, mas de 50% da população brasileira

é considerada analfabeta funcional. Isso é drástico para uma nação que pleiteia a liderança regional na América Latina. A escassez relativa do capital humano no Brasil é de tal porte acentuado que, pequenas taxas adicionais de escolaridade na nossa sociedade possuem grande efeito sobre o PIB (Ferreira e Veloso). Basta despertarmos de nossa “letargia intelectual” para fazermos uma verdadeira “revolução educacional” em nosso país ou esperarmos, mais uma vez, o despertar do “gigante que dorme”.

Existe um verdadeiro “mar de literatura,” que argumenta, que um determinado indivíduo com mais educação leva a salários mais altos no mercado de trabalho. Podemos argumentar também do efeito “transbordamento”, em que o desenvolvimento intelectual de um trabalhador pode protagonizar a melhora de rendimento de seus companheiros. Há pouca controvérsia ou nenhuma dúvida que pessoas mais bem informadas ganham mais. Porém há muita controvérsia sobre a correlação destes dados.

O motivo pelo qual as empresas investem em capital humano é por que elas necessitam ampliar o seu capital físico. Melhorando a qualificação de seus trabalhadores, elas aumentam também a produtividade. Gruber,(2009) argumenta que capital humano é o estoque de qualificação de uma determinada pessoa, que pode ser aumentada com educação adicional. Porém gestores de políticas públicas podem ver o processo educacional sob outro paradigma: o da seleção. Gruber,(2009) argumenta que, segundo esse modelo, a educação funciona apenas como instrumento de separação entre indivíduos de capacidade elevada e de capacidade reduzida. Na verdade a educação não aumentaria a qualificação individual. Neste caso também a educação melhoraria o seu índice de desenvolvimento humano, mas não porque tivesse melhorado o capital humano, mas porque somente os trabalhadores mais produtivos teriam condições de receber uma educação mais elaborada. Desse modo, o simples fato de serem mais instruídos já sinaliza a sua capacidade superior. O sistema educacional não teria qualquer valor, referente aumentar o seu processo produtivo. Esse sistema apenas serviria para selecionar o mais apto ou o mais produtivo.

Como podemos observar, os modelos do capital humano e da seleção fazem o mesmo diagnóstico quando se trata de produtividade e salário, porém possuem profundas diferenças quando resultam em recomendações de políticas públicas. No modelo de capital humano o Estado tenderia intervir na forma de política educacional, com a finalidade de fornecer empréstimos à população para que as pessoas pudessem aumentar seu estoque de capital humano ou melhorarem sua produtividade. No modelo de seleção o Estado não teria necessidade de fazer qualquer tipo de patrocínio educacional. Esses retornos educacionais são

puramente privados e não coletivos ou sociais. Um nível de escolaridade mais alta significaria apenas uma constatação que essa pessoa estaria mais apta que a outra. Nessa linha de neologismo, quando o Estado financia a educação, ele cria uma externalidade negativa para todos os outros indivíduos instruídos, isso porque aumentaria a concorrência e reduzindo o valor da mão-de-obra no mercado de trabalho. Não obstante, o valor da educação ainda é valioso, na medida em que ela permita que o mercado reconheça e remunere os trabalhadores mais capazes. Dessa forma, enquanto uma política pública apoiada na teoria do capital humano tenderia a financiar diretamente as pessoas, aumentando sua produtividade, por outro lado, a teoria da seleção tenderia a apoiar as “instituições” educacionais, pois elas são os instrumentos primordiais da separação dos indivíduos que irá beneficiar o mercado.

Embora ambas as teorias possam resultar em posicionamento de políticas públicas distintas, na prática essa diferenciação é bem mais difícil. No Brasil ambas as políticas parecem estar lado a lado. O ensino básico no Brasil, nos últimos dez anos, parece ter havido um processo de universalização em seu acesso. Apesar da baixa qualidade do ensino, existe uma preocupação do Estado com o aumento do capital humano. Nas universidades públicas estamos na contramão desse processo: essas instituições mantêm certo padrão educacional que, em tese, só é aproveitado pelas classes mais abastadas. Nessa situação, o ensino público superior no Brasil possui uma política pública voltada para a seleção, apesar dos vários sistemas de quotas adotadas por essas instituições.

A interferência do Estado na economia se justifica por falhas de mercado, quando a alocação de recursos privados não é eficiente ou quando o mercado não pode garantir provisão mínima socialmente desejada para cada cidadão. Como já foi abordado, um indivíduo com maior estoque de capital humano aumenta, necessariamente, seu aporte como cidadão. Em um Estado com cidadania plena todos ganham: a sociedade, pois o nível de corrupção diminui e, junto a ela os recursos públicos de infra-estrutura simplesmente fluem; o indivíduo que vê sua remuneração aumentada, levando de carona todos os que são a sua volta, principalmente familiares e, finalmente, o Estado que pelo efeito transbordamento vê a melhora de toda uma sociedade que se alimenta melhor, tem menos custos sociais, tais como serviços médicos e hospitalares, diminuindo os índices de criminalidade, aumentando o seu consumo individual, aumentando também o fluxo de imposto para a manutenção da própria máquina estatal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil subiu quatro posições nesse ranking, passando de 0, 693 para 0, 699. Porém, segundo Beck, a conclusão das Nações Unidas é que a educação é uma barreira no progresso do país e é, segundo a ONU, “a mais grave privação imposta à nossa sociedade.” Ainda segundo o relatório, o país melhorou em todas as dimensões do desenvolvimento, mas, em educação, quando comparado a países vizinhos como Chile e Argentina ficamos muito aquém. Quando o IDH brasileiro é ajustado para mostrar as diferenças entre ricos e pobres em nossa sociedade, esse IDH baixa para 0, 509, nesse contexto o Brasil cai 15 posições no ranking. No que se refere a educação a situação é muito complicada. Quando o IDH é ajustado para o setor educacional, pelo antigo cálculo que, basicamente apenas levava-se em consideração o número de matrículas, esse número era de 0, 813, com os novos critérios adotados pelas Nações Unidas, que leva também os anos médios de estudo e a expectativas desses anos de estudos, a nossa posição regrediu para 0, 699. Ficou evidente para ONU que a quantidade de pessoas que lêem e escrevem e de crianças matriculadas não retrata a qualidade da educação nacional. Assim, a taxa de matrícula é um dado muito pobre, menciona se um indivíduo está matriculado ou não, mas não mensura a qualidade desse ensino. Segundo o relatório, no Brasil, a média de escolaridade para uma pessoa com mais de 25 anos é de 7,2 anos. A PNUD considera essa marca mínima em volta de 13 anos. Porém, o maior problema está na expectativa de tempo de estudos dos nossos jovens. No Brasil esse número é de 13,8 anos. O valor mínimo considerado pela PNUD é de 20 anos. Beck,(2010) argumenta que segundo esse novo critério de classificação, ou seja, média de estudos, nosso IDH educacional é igual a do Zimbábue, país miserável do continente africano, com o pior IDH do mundo.

Esse grande fosso educacional que elucidamos merece reflexão. Investimos pouco e mal. Apenas em 2010 o governo federal conseguiu atingir a 5% do PIB, quando a PNUD considera no mínimo 7%. A implementação de políticas públicas, sejam elas quaisquer, necessitam de uma ampla dose de conhecimento e experiências: incentivos geram conseqüências.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Cássia; Setti, Rennan e Beck Martha. Média de Anos de Estudo no Brasil é Igual à do Zimbábue, o pior IDH. Jornal O Globo – Caderno de Economia, Rio de Janeiro, pág. 32. 5 de novembro de 2010.

_____Desigualdade Faz o Brasil Perder 15 Posições. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, Caderno de Economia – pág.33. 5 de novembro de 2010.

ANDRADE, Eduardo de Carvalho. “Externalidade” – in: “Economia do Setor Público no Brasil. Biderman, Ciro e Arvate, Paulo (Orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BARROS, Ricardo Paes e; Cruzada Contra a Pobreza: entrevista à revista ISTO É – (capa) – edição 1705 : 24 de março de 2011.

BARROS, R. P., Henriques, R. e Mendonça, R. “Pelo Fim das Décadas Perdidas em Educação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil”. In R. Henriques (org.),Desigualdade e Pobreza no Brasil”. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____ **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. In Texto Para Discussão n° 857, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2002.

_____Trabalho Infantil no Brasil: Rumo a Erradicação, **IPEA 1506**, Texto Para Discussão Brasília, agosto de 2010.

BARROS, Ricardo Paes e; Carvalho, Mirela de & Franco, Samuel. “O Brasil Está Menos Desigual. Artigo – Jornal o Globo (Jornal da Ciência n° 685), de 04 de março de 2011.

BECK, Martha; Lins, Letícia e Almeida, Cássia. Desigualdade de Gênero Impõe Perdas ao País. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, Caderno de Economia p. 34. 5 de novembro de 2010.

CENSO DEMOGRÁFICO DO BRASIL, Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CURRIE, Janet & Moretti, Enrico. "Mother's Education and the Intergenerational Transmission of Human Capital: Evidence From College Oppenings." *Quarterly Journal of Economics* 118 (novembro de 2003): 1945-1532.

DEE, Thomas S. "Are There Civic Return to Education?" *Journal of Public Economics* (agosto de 2004): 1697-1720.

DURAND, José Carlos Garcia (org.). "Educação e Hegemonia de Classe: as Funções do poder.

FERNANDES; R. e Menezes-Filho, N. "Escolaridade e Demanda Relativa por Trabalho: Uma Avaliação para o Brasil nas Décadas de 1980 e 1990". Universidade de São Paulo, Mimeo, 2001.

FERREIRA, Sérgio Guimarães e Veloso, Fernando. "Economia Brasileira Contemporânea Brasileira (1945 -2004). Organizadores: Gimbiagi, Fábio; Villela, André, Castro, Lavínia Barros de e Hermann, Jennifer. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

FERREIRA, S. G; e Veloso, F. "Mobilidade Integracional de Educação no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 33 (3): 481 – 513, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio; Villela, André; Castro, Lavínia Barros de & Hermann, Jennifer. (Orgs.) **Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004)**. 8ª Ed. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. "Finanças Públicas e Política Pública". Rio de Janeiro: Gen/LTC, 2009.

MILLIGAN, Kevin; Moretti, Enrico & Oreopoulos. "Does Education Improve Citizenship? Evidence from de United States and United Kingdom." *Journal of Public Economics* 88 (agosto de 2004): 1667-95.

MORETTI, E. "Human Capital Externalities in Cities." National Bureau of Economic Research WP 9641, 2003.

